



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina  
Gabinete da Presidência  
Comitê de Gestão Institucional  
de Justiça Restaurativa

COMITÊ DE GESTÃO INSTITUCIONAL DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

# RELATÓRIO DE AÇÕES 2023



# **Composição do Comitê de Gestão Institucional de Justiça Restaurativa**

## **Coordenadores**

Desembargador Sérgio Izidoro Heil,  
Coordenador da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude

Desembargador Álvaro Luiz Pereira de Andrade,  
Vice-Coordenador da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude

## **Membros**

Desembargadora Hildemar Meneguzzi de Carvalho,  
Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Desembargadora Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer,  
Coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional

Desembargador Sílvio Dagoberto Orsatto, Coordenador Estadual do Sistema dos Juizados  
Especiais e do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

## **Cooperadores institucionais**

Iolanda Volkmann  
Juíza Auxiliar da Presidência

Mauro Ferrandin  
Juiz Corregedor do Núcleo V, Direitos Humanos

## **Equipe Técnica**

Lilian da Silva Domingues  
Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude

Danúbia Rocha Vieira  
Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude

Ana Carolina Treis  
Coordenadoria Estadual do Sistema dos Juizados Especiais e do Núcleo Permanente de  
Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Rosilene Aparecida da Silva Lima  
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Fabiana Gomes Cardoso Barrios Restrepo  
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional

Mario Kobus Junior  
Corregedoria-Geral da Justiça - Núcleo V, Direitos Humanos

# APRESENTAÇÃO

A Política de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário foi instituída por meio da [Resolução TJ n. 19 de 6 de novembro de 2019](#). Essa diretriz culminou na criação do [Comitê de Gestão Institucional de Justiça Restaurativa](#), um órgão de referência interno composto de desembargadores coordenadores das áreas de Infância e da Juventude (CEIJ), da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), dos Juizados Especiais, do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (COJEPMEC) e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional (GMF). Além desses membros, o Comitê inclui um juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça e um juiz corregedor.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concebe a justiça restaurativa como um sistema organizado de princípios, métodos, técnicas e atividades específicas. Seu propósito é sensibilizar para os fatores que motivam conflitos e violência no âmbito relacional, institucional e social. Por meio da justiça restaurativa, conflitos que causam danos, sejam concretos ou abstratos, são resolvidos de forma estruturada, conforme definido no artigo 1º da [Resolução CNJ n. 225/2016](#).

A justiça restaurativa é, portanto, introduzida no sistema judiciário como um modelo de justiça que coloca em prática a satisfação das demandas e necessidades dos jurisdicionados, buscando a humanização do atendimento e o potencial de reduzir a judicialização dos conflitos sociais.

Desde sua criação, o Comitê de Gestão Institucional de Justiça Restaurativa tem trabalhado ativamente na implementação da justiça restaurativa no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina. Sempre orientado pelas diretrizes fornecidas pelo CNJ, suas ações ao longo de 2023 estão detalhadas neste relatório.

# **Formação de Facilitadores em Processos Circulares de Justiça Restaurativa**

A Formação de Facilitadores em Processos Circulares de Justiça Restaurativa tem como principal objetivo capacitar os participantes a atuarem como facilitadores em justiça restaurativa.

O curso, com duração de 40 horas/aula, segue o formato semipresencial, com aulas virtuais síncronas na plataforma Teams e encontros presenciais na sede da Academia Judicial.

A edição deste ano ocorreu de 30 de maio a 21 de julho e a turma foi composta de 18 servidores(as) do Poder Judiciário e de 12 participantes do público externo.

A instrutora do curso foi a juíza de direito Renata Sanches Guidugli Gusmão, do Tribunal de Justiça de São Paulo, reconhecida nacionalmente por sua experiência em justiça restaurativa.



Etapa presencial da “Formação de Facilitadores em Processos Circulares de Justiça Restaurativa”

# Inauguração do Núcleo de Justiça do Fórum da Comarca de Lages

Na tarde de 11 de setembro, os desembargadores Sérgio Izidoro Heil e Álvaro Luiz Pereira de Andrade, juntamente com as servidoras Lilian da Silva Domingues e Danúbia Rocha Vieira, prestigiaram a solene inauguração do 2º Núcleo de Justiça Restaurativa de Santa Catarina, realizada na sede da Comarca de Lages.

O Núcleo de Justiça Restaurativa no Fórum da Comarca de Lages foi estabelecido por meio da Portaria n. 263/2023-DF, sob a coordenação do juiz Alexandre Karazawa Takaschima. Vale destacar que o oficial de justiça Ildemar José da Costa desempenha a função de facilitador com dedicação exclusiva, enquanto os demais facilitadores de justiça restaurativa contribuirão em regime de cooperação, mantendo-se vinculados a suas unidades de origem.

Além da presença marcante de magistrados e servidores locais, o evento contou com a participação de representantes dos Poderes Judiciário e Legislativo, da rede pública de ensino e dos facilitadores que participam dos projetos relacionados.

Como parte da agenda de inauguração do Núcleo, a comitiva do Comitê ainda participou de uma prática restaurativa e de uma reunião de articulação com a rede de parceiros local.



Cerimônia de instalação do Núcleo de Justiça Restaurativa do Fórum da Comarca de Lages, com a presença dos desembargadores Sérgio Izidoro Heil e Álvaro Luiz Pereira de Andrade e do juiz Alexandre Karazawa Takaschima





Desembargador Sérgio Izidoro Heil e juiz Alexandre Karazawa Takaschima no Núcleo de Justiça Restaurativa do Fórum da Comarca de Lages



Desembargadores Sérgio Izidoro Heil e Álvaro Luiz Pereira de Andrade e juiz Alexandre Karazawa Takaschima com servidores da Equipe Técnica do Comitê de Gestão Institucional de Justiça Restaurativa e da Comarca de Lages que participaram da agenda de instalação do Núcleo de Justiça Restaurativa do Fórum da Comarca de Lages

## **Nova edição da “Cartilha Justiça Restaurativa”**

A primeira edição da “Cartilha Justiça Restaurativa” foi lançada pelo TJSC em 2019. A autoria principal do material pertence à assessora jurídica da 2ª Vara Criminal de Lages Maiara Cardoso Soares, em colaboração com a psicóloga policial civil da Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso de Lages Caroline Martini Kraid Pereira, e contou com a participação de outros facilitadores de justiça restaurativa da comarca. O projeto gráfico e a diagramação foram realizados pela Seção de Criação do Núcleo de Comunicação Institucional deste Tribunal, atendendo a uma solicitação deste Comitê.

Desde então, a cartilha tem sido utilizada como recurso de apoio em ações relacionadas à justiça restaurativa no Estado, tanto institucionalmente quanto em parcerias entre instituições.

Neste ano, o Comitê novamente acionou a Seção de Criação do Núcleo de Comunicação Institucional do Tribunal para desenvolver uma nova identidade visual para o material. A versão atualizada está disponível no [Portal de Justiça Restaurativa](#) do Tribunal e também pode ser solicitada em formato para impressão pelo e-mail [justicarestaurativa@tjsc.jus.br](mailto:justicarestaurativa@tjsc.jus.br).

## **Instalação do Núcleo de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina**

Dando continuidade às ações para promover a expansão das práticas restaurativas e implementar a Justiça Restaurativa no Estado, o Comitê iniciou recentemente os procedimentos para estabelecer mais um núcleo dedicado a essa área, agora vinculado ao próprio Tribunal de Justiça.

O novo espaço será um ponto de referência para atender às demandas do segundo grau de jurisdição. Nos primeiros meses deste ano, foi conduzida a primeira experiência de intervenção restaurativa em um processo que tramita em segunda instância neste tribunal. Trata-se de uma ação cível originária de uma comarca localizada na região catarinense do Alto Vale do Itajaí. A intenção é que, por meio do Núcleo, seja possível incentivar o uso de práticas restaurativas nesse contexto institucional.

Adicionalmente, serão implementadas ações restaurativas direcionadas aos setores administrativos do Tribunal. Isso está alinhado ao planejamento para 2024, no qual o Comitê pretende intensificar as iniciativas para construir uma cultura institucional relacionada à Justiça Restaurativa.



Antes mesmo da Inauguração, em 1º de dezembro, foi realizado um evento chamado “Círculo de Construção de Paz - Celebrando Novos Ciclos” para comemorar a entrega da sala. Esse momento especial teve como foco a reflexão, o compartilhamento e a construção de paz, e contou com a presença de magistrados, servidores e convidados externos interessados no tema.

Entre os participantes estavam o Desembargador Coordenador do Comitê, Sérgio Izidoro Heil, e a secretária da CEIJ e membro da equipe técnica do Comitê, Lilian da Silva Domingues. Também participaram a magistrada Ana Cristina Borba Alves, da Vara da Infância e da Juventude de São José, e os servidores Amanda Koerich e Gustavo Heil, da Academia Judicial. Como facilitadoras, atuaram as servidoras Danúbia Rocha Vieira, assistente social da CEIJ e membro da equipe técnica do Comitê, e Magda Regina Casara, coordenadora do Núcleo de Justiça Restaurativa da Vara da Infância e da Juventude da Capital.

Além dos representantes internos, estiveram presentes participantes de instituições parceiras, incluindo as servidoras do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (Nupia) do MPSC Luciana Andrea Mattos e Roberta Pereira Teixeira D’Avila, a professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) Júlia Siqueira da Rocha, e Aloísio José Rodrigues advogado e presidente da Comissão de Justiça Restaurativa da OAB/SC.



Participantes do “Círculo de Construção de Paz - Celebrando Novos Ciclos”

Já a cerimônia de inauguração ocorreu em 30 de janeiro de 2024. A solenidade contou com o presidente do TJSC, desembargador Altamiro de Oliveira; a coordenadora da Cevid (Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar), desembargadora Hildemar Meneguzzi de Carvalho; o coordenador da CEIJ (Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude), desembargador Álvaro Luiz Pereira de Andrade; e o vice-coordenador da CEIJ e coordenador do Comitê de Gestão Institucional de Justiça Restaurativa desembargador Sérgio Izidoro Heil. O evento reuniu ainda os magistrados Alexandre Takaschima, Brigitte Remor de Souza May e Maurício Cavallazzi Póvoas, bem como servidores que atuam com práticas restaurativas. A promotora Analú Librelato Longo representou o Ministério Público. Já a Fecam esteve presente com a assessora de políticas públicas Marinez Chiquetti Zambon e a Udesc foi representada pela advogada Elimáry Martins.



“

*“Neste ato simbólico e de simplicidade única, inauguramos o local que será usado para os círculos de construção da paz nas práticas da Justiça Restaurativa. Estamos realizando um sonho acalentado há vários anos pelos integrantes do comitê. Já consolidada em vários países, a Justiça Restaurativa vem ganhando destaque no nosso país graças ao apoio do CNJ por meio de encontros e congressos. Agora, temos um local apropriado para aplicar os princípios norteadores da paz, do amor e da solidariedade”.*

”





Desembargador Coordenador do Comitê de Gestão Institucional de Justiça Restaurativa Sérgio Izidoro Heil na cerimônia de instalação do Núcleo de Justiça Restaurativa do TJSC



Desembargador Presidente do TJSC Altamiro de Oliveira, Desembargador Sérgio Izidoro Heil, Desembargadora Hildemar Meneguzzi de Carvalho, juiz Alexandre Karazawa Takaschima e juíza Brigitte Remor de Souza May realizando o descerramento da fita inaugural do Núcleo de Justiça Restaurativa do TJSC

Após o desenlace da fita inaugural foi ofertado um momento de vivência de uma prática restaurativa aos presentes, tendo como facilitadores o magistrado Alexandre Karazawa Takaschima e a magistrada Brigitte Remor de Souza May.



Participantes do primeiro círculo de construção de paz realizado após a inauguração do Núcleo de Justiça Restaurativa do TJSC

## ***Participação do Curso de Formação Inicial para a Magistratura - 15ª turma***

O Comitê de Gestão Institucional de Justiça Restaurativa teve a honra de participarda “Oficina de Políticas Institucionais” durante a 15ª turma do Curso de Formação Inicial para a Magistratura, oportunidade em que compartilhou reflexões sobre as possibilidades e potencialidades da abordagem restaurativa no âmbito do Poder Judiciário. Este curso, ministrado logo após a posse, concentrou-se na formação específica de 15 juízes e juízas substitutos, dotando-os das competências fundamentais para o pleno exercício da magistratura.

Durante essa ocasião, para além da apresentação inicial sobre os princípios fundamentais da Justiça Restaurativa e compartilhamento de experiências, o Comitê proporcionou um momento único de imersão prática aos novos magistrados. Sob a coordenação do magistrado Alexandre Karazawa Takaschima e da magistrada Brigitte Remor de Souza May, os participantes tiveram a oportunidade de vivenciar um Círculo de Construção de Paz, uma das metodologias utilizadas nas práticas restaurativas, proporcionando uma experiência concreta e transformadora.



# Articulação Interinstitucional: participação no Grupo Gestor Estadual de Justiça Restaurativa (GGJR-SC)

Representando o TJSC, o Comitê de Gestão Institucional de Justiça Restaurativa faz parte do Grupo Gestor Estadual de Justiça Restaurativa. Esse grupo foi estabelecido por meio do [Acordo de Cooperação n. 165/2019](#), com a participação do TJSC, do Governo do Estado, do MPSC, da Defensoria Pública de Santa Catarina (DPSC), da OAB/SC, da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), da Udesc e da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).

O Grupo Gestor de Justiça Restaurativa em Santa Catarina (GGJR-SC) tem como principal objetivo a elaboração da Política Estadual de Justiça Restaurativa no Estado de Santa Catarina. Para tal, no ano de 2023 o grupo se reuniu em sete ocasiões, entre reuniões ordinárias e extraordinárias, nas seguintes datas: 10 de fevereiro, 26 de abril, 2 de junho, 1º de setembro, 27 de setembro, 6 de outubro e 26 de outubro.

No contexto das ações interinstitucionais envolvendo o grupo, por iniciativa do MPSC, foram realizadas várias edições da etapa de sensibilização do Projeto Escola Restaurativa. O Tribunal de Justiça cedeu servidores facilitadores de justiça restaurativa para essa intervenção, e durante essas ações foram distribuídos exemplares da “Cartilha Justiça Restaurativa”, fornecidos de forma colaborativa por este comitê.

## Escola Restaurativa 2023 - Primeira Etapa

COMARCA	NÚMERO DE SERVIDORES PJSC
Rio do Sul	4
Rodeio	5
Camboriú	9
Capital	3
Itajaí	4





Escola Restaurativa - Primeira Etapa, em Camboriú



Escola Restaurativa - Primeira Etapa, em Itajaí

Além disso, entre os dias 2 e 12 de agosto ocorreu uma iniciativa do Núcleo Extensionista Rondon da Udesc, que promoveu a divulgação da Justiça Restaurativa e Comunicação Não Violenta em 25 municípios do Planalto Sul de Santa Catarina (Amplasc), do Meio-Oeste Catarinense (Ammoc) e do Alto Irani (Amai). Nessas localidades, para a realização das ações de sensibilização sobre a justiça restaurativa, a “Cartilha Justiça Restaurativa” foi utilizada como material de apoio.

Finalizando as atividades deste ano, que englobaram o coletivo de instituições participantes do GGJR-SC, merece destaque o “1º Encontro Catarinense de Justiça Restaurativa: a Cultura da Paz na Educação Escolar”, realizado em 24 de novembro. A programação em alusão à Semana da Justiça Restaurativa foi estruturada com o objetivo de fortalecer a interligação entre a justiça restaurativa e a educação em Santa Catarina, em consonância com a campanha do CNJ, que proclamou o ano de 2023 como o Ano da Justiça Restaurativa na Educação.

O evento reuniu palestrantes renomados e especialistas para debater como a justiça restaurativa pode transformar o ambiente escolar e promover soluções construtivas para conflitos.



Cerimônia de Abertura do “1º Encontro Catarinense de Justiça Restaurativa: a Cultura da Paz na Educação Escolar”, com a presença do Desembargador Sérgio Izidoro Heil, Coordenador do Comitê de Gestão Institucional de Justiça Restaurativa representando o Tribunal de Justiça de Santa Catarina

A abertura do evento ocorreu com a conferência “Escola: um Universo de Complexidades”, proferida pela destacada pedagoga Júlia Siqueira da Rocha. Com uma extensa formação acadêmica, incluindo mestrado, doutorado e pesquisa aprofundada sobre violência nas escolas, Júlia compartilhou suas experiências e perspectivas sobre o ambiente escolar na contemporaneidade.

A potência da justiça restaurativa na educação foi explorada no painel seguinte, com as contribuições do desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul Leoberto Narciso Brancher e do juiz de direito Alexandre Karazawa Takaschima, sob a coordenação do desembargador Sérgio Izidoro Heil.

No período da tarde, os painéis se concentraram nas experiências da justiça restaurativa na educação em Santa Catarina. O primeiro deles contou com as palestras dos promotores de justiça do MPSC Eduardo Chinato Ribeiro e Iara Klock Campos, coordenados pela promotora de justiça Analu Librelato Longo. O Painel 3, intitulado “Práticas Restaurativas: benefícios e desafios na educação”, apresentou exposições de Ivana Marcomin (assistente social - Coordenadoria Regional de Educação de Tubarão), Márcia Esser Stolf (secretária municipal de educação de Rodeio) e Sandra Pasqualini Vansuita (coordenadora do Serviço de Medidas Socioeducativas dos municípios de Rodeio e Ascurra e facilitadora de círculos). A coordenação desse painel ficou a cargo de Myriane Gonçalves da Silva, assistente social e gerente de Políticas para Crianças, Adolescentes e Jovens da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família.



Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul Leoberto Narciso Brancher (participação remota), juiz de direito Alexandre Karazawa Takaschima e desembargador Sérgio Izidoro Heil, estes do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no Painel 1: A Potência da Justiça Restaurativa na Educação

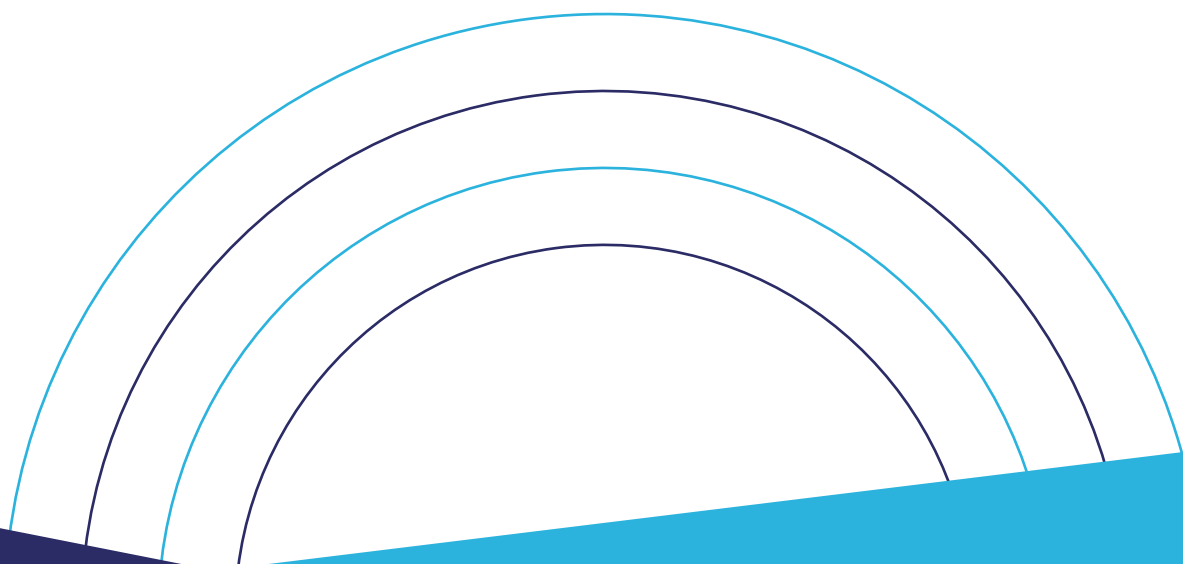


Durante o evento, também foram exploradas estratégias para praticar a empatia em uma comunidade escolar, com uma apresentação especial da mediadora de conflitos Carolina Nalon, coordenada pela advogada Natália Bueno.

Além disso, o debate se estendeu à esfera legislativa, com a apresentação do Projeto de Lei estadual PL./0180/2023, que propõe a implementação das técnicas de justiça restaurativa nas escolas da rede pública estadual de educação. A deputada estadual Luciane Carminatti liderou a discussão sobre esse projeto de lei e suas implicações na educação, enquanto Juliane Schlichting, defensora pública estadual, coordenou a sessão.

O evento se encerrou às 18h, com a sensação de compromisso renovado com a promoção da justiça restaurativa nas escolas e o aprimoramento do ambiente educacional.

Justiça Restaurativa na Educação é um tópico crucial para construir escolas mais inclusivas, empáticas e eficazes na resolução de conflitos, e o evento serviu como um marco importante na busca por soluções inovadoras no sistema educacional.



# Notícias

Avanços e inovações são destaques no relatório anual do [Comitê de Justiça Restaurativa](#) - 14/02/2023

Formação de Facilitadores em [Processos Circulares de Justiça Restaurativa](#) tem vagas para [servidores](#) - 18/05/2023

PJSC participará do [I Encontro Nacional de Justiça Restaurativa na Educação](#), em Palmas (TO) - 10/08/2023

[Núcleo de Justiça Restaurativa de Lages](#) será instalado em solenidade nesta segunda - 11/09/2023

Comarca de Lages, na Serra, recebe [2º Núcleo de Justiça Restaurativa de Santa Catarina](#) - 12/09/2023

[Escola Restaurativa](#) prega nova base para relações pessoais em escolas de Camboriú - 06/10/2023

Evento apresenta [Justiça Restaurativa](#) como opção para cultura da paz nas escolas de SC - 24/11/2023

TJSC inaugura o [Núcleo de Justiça Restaurativa do 2º Grau](#) para a pacificação dos conflitos - 30/01/2024

**MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A JUSTIÇA RESTAURATIVA NO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA PODEM SER OBTIDAS NO [PORTAL DA JUSTIÇA RESTAURATIVA](#).**

